

SERÁ QUE ELE É? ONDE ESTAMOS? A MUDIATIZAÇÃO DE UM "DISCURSO PROIBIDO"¹

Antônio Fausto Neto²



Na madrugada de 12 para 13 de agosto, a programação da Rede Globo é repentinamente alterada pela encenação de um acontecimento, pela chancela do discurso jornalístico, pela presença de uma espécie de um "discurso proibido". Antes da emissão 'Altas Horas', programa semanal, espécie de talk show ameno apresentado na madrugada de domingo - estava sendo exibido o filme "Será que ele é?"³, dentro da Sessão Supercine⁴. Pelo menos, na sua formulação em português, o título poderia guardar alguma contiguidade com a encenação do discurso que interceptaria, logo em seguida, o fluxo da programação. Formulado na forma interrogativa, guardaria, ironicamente, uma certa associação com o acontecimento que se "instalaria" subitamente, entre a película e o talk show. De que trataria, afinal, esta emissão interviniente?

A película é interrompida pela apresentação sonora e visual da vinheta "Plantão" produzindo-se a entrada em cena do discurso jornalístico. Imagens e som, ao vivo da redação, e o jornalista César Tralli anuncia a soltura de um dos dois funcionários do setor de jornalismo da Rede Globo, o técnico Alexandre Calado, que ao lado do jornalista Guilherme Portanova, havia sido seqüestrado por um "comando" do PCC⁵, na manhã de sábado.

¹Este texto resulta de discussões entre os participantes da pesquisa "Mutações nos processos de noticiabilidade: novas estratégias de enunciação do discurso jornalístico", e entre pesquisadores que integram a Rede Prosul de Pesquisa "Midiatização: Sentido e Sociedade". Parte dele foi apresentada no VIII Seminário Estadual de Comunicação, no minicurso TV e cultura da paz. Unisinos/São Leopoldo, 25 de agosto de 2006. Colaboraram com este artigo os bolsistas Aline Weschenfelder, Clovis Okada, Mariana Bastian e Micael Vier Behs. ²Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unidinos/RS. E-mail: fausto@unisinos.br ³O enredo falava sobre um professor se vê em sérias complicações (grifo nosso) quando, às vésperas de seu casamento, um de seus ex-alunos diz ao receber o Oscar que ele é gay. Dirigido por Frank Oz (Os Picaretas) e com Kevin Kline, Joan Cusack, Matt Dillon e Tom Selleck no elenco. Recebeu uma indicação ao Oscar.

"A Divisão de Planejamento de Marketing Depto. Planejamento Matriz/ DF Nº 002E o Jan/ 06 diz que no mês de novembro (2005), em média 13,6 milhões de pessoas em todo o Brasil viveram as emoções dos longas-metragens de Supercine nas noites de sábado. A sessão de cinema que completará 22 anos no ar em 2006, atinge médias de 19 pontos de audiência e 49% de share em mercado nacional, e seu CPM é o menor entre várias sessões de cinema exibidas por outras emissoras. O perfil da audiência do programa nos principais mercados, mostra que o público predominante do programa pertence às classes ABC (67%) e tem 25 anos ou mais (64%).
 5º O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização de encarcerados envolvidos em crimes, criada para supostamente defender os direitos de cidadãos encarcerados no Brasil. Surge no início da década de 1990 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, local que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades.
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeiro_Comando_da_Capital, assessorado em 21/09/2006.

Vinheta Plantão

César Tralli anuncia:

"O auxiliar técnico da Rede Globo, Alexandre Calado, sequestrado hoje de manhã, junto com o repórter Guilherme Portanova, acaba de ser libertado. Os sequestradores o deixaram perto da emissora e deram a ele um DVD dizendo que a condição para libertar com vida o repórter que está em poder deles é a divulgação, na íntegra, das imagens. O conteúdo é o que segue:"



O relato jornalístico da libertação desdobra-se em dois aspectos. A descrição sobre as condições nas quais Alexandre Calado é libertado, aspecto que por si justificaria a intervenção do discurso jornalístico na programação, se levarmos em conta que pela primeira vez atores do campo da mídia jornalística são atingidos por este tipo de ato de violência, algo somente superado pela morte do jornalista Tim Lopes, (também da Rede Globo), em junho de 2002, quando foi capturado e morto por agentes do tráfico. O segundo aspecto sinaliza que o campo midiático jornalístico é transformado em "presa" de uma estratégia discursiva produzida por estratégias de outros campos sociais. O apresentador anuncia em sua matéria a existência de um DVD, com imagens atribuídas ao PCC, explicando ainda, que sua divulgação seria a condição da soltura do repórter, que permanecia preso pelos sequestradores. Não fazendo menção ao conteúdo, o relato jornalístico enfraquece, possivelmente, as pré-condições estabelecidas para a difusão da emissão ao "dissolver" imagem e conteúdo. Deixa claro que o conteúdo é das imagens não deixando explícito, porém, que há um texto que seria também relatado. Isto é, o mesmo seria anunciado não pelo "lugar do discurso jornalístico", mas por um "porta voz" do PCC.

Este manejo do processo de circulação da mensagem está associado à uma operação de encenação de TV, e que visa sinalizar uma tomada de posição sobre a autoria do material trazido. E, ao mesmo tempo, um certo controle sobre as condições de sua enunciação.

A reflexão que se propõe, aqui, restringe-se pontualmente, à importância que tem este acontecimento para o debate sobre as condições e os processos de midiaticização e, de modo especial, os efeitos que estes tem sobre o funcionamento das práticas sociais.

Leva-se em conta, para tanto, o fato de que, além de um acontecimento que também se "faz em ato", no settingg do sistemas televisivos, é também engendrado, conforme veremos, por vários dispositivos através dos quais as práticas e operações midiáticas afetam outras práticas não midiáticas. Operações de midiatização transformam-se em dispositivo estratégico para o funcionamento de determinados tipos de discursos, cujas condições de produção e, especialmente de circulação, "recebem" dos dispositivos midiáticos possibilidades para sua existência.

Há, de nossa parte, o reconhecimento de uma problemática mais abrangente sobre o mundo do crime organizado, e que vem sendo refletida por diferentes campos sociais. Entretanto, parece-nos importante examinar alguns ângulos do processo de midiatização do fato aqui examinado, se considerarmos a importância que têm os "processos de afetação" da midiatização sobre o discurso do PCC. São questões que transcendem, largamente, o debate que interroga se o "acesso do PCC às antenas", nestas condições, é legal, ou não. Sem dúvida, é ilegal do ponto de vista da lei vigente, mas há aspectos que escapam à "lógica e a economia do normativo" e que aparecem, de maneira complexa, como consequência dos efeitos da midiatização sobre as mais diferentes práticas sociais. E esta, parece-nos uma outra questão interessante, a ser formulada, pelo menos, entre os estudiosos dos processos midiáticos.

a) Uma questão não só acadêmica...

Em textos diferentes, Eliseo Verón, estudioso da mídia, examina o fenômeno da midiatização e seus respectivos processos de funcionamento, chamando atenção para duas questões, que não parecem ser apenas formulações teóricas, e sobre as quais se assentaram as hipóteses deste texto.

Num primeiro estudo⁶ (1997), afirmava que as práticas (operações) dos processos de midiatização afetavam todas as práticas sociais em funcionamento na sociedade contemporânea, mas que tal afetação não se daria de modo homogêneo. Ou seja, seus modos de operação dependiam de um conjunto de fatores relacionados com os estágio através dos quais se dava a inserção da cultura midiática na vida das instituições, e também, dos tipos de demandas que estas faziam ao próprio campo midiático⁷.

Em um texto publicado mais recentemente, em espanhol⁸ (2001), mas que aparece, em 1984 numa primeira edição, em francês⁹, concede-nos uma observação central e que é transformada na hipótese sobre a qual se apóia a descrição que se faz neste artigo, sobre as condições de midiatização do discurso do PCC. Diz o

⁶VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. Revista Diálogos, nº 48, Lima: FELAFACS, 1997. ⁷Estas questões estão presentes em pesquisas por mim conduzidas, recentemente, e que procuram mostrar manifestações da presença de operações midiáticas, por exemplo, no funcionamento das novas práticas de religiosidades no Brasil, e que tem seus dispositivos e referenciais midiáticos as matrizes centrais de sua estratégia. Ver: FAUSTO NETO, Antônio. Processos midiáticos e a construção de novas religiosidades - As dimensões discursivas. Relatório de pesquisa, CNPq/ UNISINOS. São Leopoldo, 2004. ⁸VERÓN, Eliseo. El living y sus dobles. Arquitecturas de la pantalla chica. In.: El cuerpo de las imágenes. Buenos Aires: Norma, 2001. p.15. ⁹VERÓN, Eliseo. Le séjour et ses doubles: architectures du petit écran. Paris: Temps Libre, nº 11, 1984.

texto: "uma sociedade em vias de midiatização é aquela onde o funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, da culturas, começa a estruturar-se em relação direta com a existência das mídias" (2001:15).

Tal referência deixa de ser uma formulação apenas acadêmica, caso consigamos descrever as condições de produção e de funcionamento de estratégias de diferentes práticas - quaisquer que sejam as características das instituições que as põem em funcionamento - e que têm na lógica, na cultura e operações discursivas midiáticas suas respectivas "condições de produção".

Diferentes relatos sobre estratégias institucionais nos mostram, segundo diferentes angulações, como as suas práticas sociais têm se estruturado a partir, de sua "relação direta com a existência dos mídias", conforme sugere Verón. Algo que entendemos como os próprios efeitos decorrentes da existência da midiatização, dos seus processos e mecanismos de afetação das operações, que lhes são intrínsecas, e que servem como possibilidade de novas produção discursivas, e de inteligibilidade das outras práticas sociais.

Tal "digressão" nos parece útil para se entender um complexo processo de midiatização deste "manifesto" e que não se resume apenas no seqüestro dos funcionários da Rede Globo e, nem na própria publicização da mensagem. Seu processo de engendramento é mais complexo e em sua descrição procuramos assim mostrar aspectos de processos através dos quais a construção do acontecimento do discurso produzido pelo PCC se tece, antes mesmo de sua visibilidade em si, na esteira da lógica da midiatização, ou seja, na consideração da existência de um dispositivo, sem o qual este discurso não existiria. Assim sendo, alguns registros - o que vamos chamar apenas de algumas cenas - chamam a nossa atenção porque apontam para marcas destes efeitos da presença de operações da midiatização sobre estratégias que se fazem noutros lugares, mas que se ligam às mídias, por forças dos dispositivos que se entrelaçam.

Cena 1: De "Olho no Fantástico"

Enquanto organização, o PCC, ao longo de 2006, é objeto da tematização de várias agendas dos campos sociais, especialmente midiáticas, segundo construções em que lhes são atribuídas as responsabilidades por rebeliões em penitenciárias paulistas, monitoradas por dispositivos de comunicação, como o uso de celulares. Também por ações que desencadeiam ainda, ondas de incêndios e destruição de transportes coletivos, ataques armados contra instalações civis e públicas, além de outros contra funcionários

do Estado, culminando na morte de várias centenas de pessoas, encarceradas ou não.

"Colocado nas cordas" por efeito das agendas, o PCC vai à luta em busca de construir uma "contra estratégia de visibilidade". Vinte dias antes do seqüestro do jornalista e do técnico, no auge das repercussões destes acontecimentos, o PCC envia cartas e faz telefonemas para várias redações de jornais, rádio e TV, em SP, solicitando acesso ao noticiário, fato, porém que não é confirmado pela mídia. Tais iniciativas não operacionalizadas, geram novas investidas. Sua meta confirmada - pelo jornalista seqüestrado - era o acesso à televisão, através do Fantástico¹⁰. Este seria o momento ápice de um processo que vinha sendo construído e que, para tanto, priorizava como estratégia central os processos, objetos, atores e os próprios meios de midiatização.

Em depoimento¹¹, uma semana após a sua libertação, o repórter seqüestrado, Guilherme Portanova, descrevia a compreensão que seus sequestradores tinham sobre operações relacionadas com o seu o seqüestro dele e do colega, para chegar ao estágio principal dos seus objetivos e que era o "acesso à antena". "Seria muito mais interessante se eles pegassem o William Bonner¹². Eu acho que eles entenderam o seguinte: a Globo vai ceder se a gente tiver um repórter. Eles queriam um reporter qualquer que fosse. Tenho convicção disso. Só que eu acho também que o plano tinha de ser executado no sábado. Porque eles queriam o Fantástico, de qualquer jeito eles queiram o Fantástico. Se eles pegassem no domingo ia ser um período muito curto para dar tensão suficiente para a Globo resolver talvez botar, talvez não. Eu acho que eles pegaram quem passou na frente; sendo o William Waack¹³ (notário apresentador do jornal da Globo,), o Bonner ou sendo eu, qualquer um servia, desde que eles conseguissem ter acesso ao programa que eles desejavam, e que era o Fantástico".

O depoimento sugere pensar que não é apenas o lugar da produção midiática quem conhece as "tramas" e lógicas de funcionamento dos campos sociais e suas práticas de funcionamento. O inverso é também verdadeiro, e isto nos parece o primeiro efeito do processo de efetivação da midiatização. Como uma resultante de um certo grau de afetação que têm dos modos de operar o trabalho da midiatização, os sequestradores tinham um domínio do que representava o acesso televisivo, a um determinado canal, a um programa determinado, e ainda, dia e hora de sua apresentação. A compreensão desta lógica é o fundamento para a pragmática que caracterizou a estratégia no seu desenrolar, no próprio "mundo interno" do processo de produção do PCC.

¹⁰Emissão-revista com duas horas e meia de transmissão nacional, carro chefe da programação noturna dominical da rede Globo e que atinge uma audiência aproximada de 22 milhões de telespectadores.

¹¹Depoimento prestado pelo jornalista Guilherme Portanova, seqüestrado pelo PCC, aos professores e alunos do curso de jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS, 21/08/2006.

¹²William Bonner é editor e apresentador do principal telejornal brasileiro, o Jornal Nacional, que é visto por quase 32 milhões de brasileiros nas noites de segunda a sábado, há 37 anos. São mais de 300 edições exibidas por ano, tendo como audiência números superlativos. Em São Paulo, a audiência de homens e mulheres acima de 18 anos soma 2,4 milhões de pessoas.

¹³William Waack é co-apresentador do Jornal da Globo, apresentado em rede nacional de segunda a sexta, às 00h15, com uma média de telespectadores.

Cena 2: De seqüestrado a "consultor": o repórter, operador.

O jornalista e seu auxiliar foram tomados como reféns e envolvidos como peças de um processo de negociação cuja soltura dos mesmos implicaria na veiculação do "manifesto". Não sendo personagens distantes às finalidades desta operação, "extraí-se" dos mesmos seus conhecimentos que possam ser úteis à finalidade da estratégia, ou seja, o jornalista é transformado em um elo do dispositivo de midiaticização do PCC. O repórter torna-se um "consultor", a quem os seus algozes ouvem sobre a qualidade do texto/mensagem endereçado para ser lido na televisão, e que curiosamente é nomeado duplamente, como carta e vídeo, por parte do repórter. "Eu tive com o vídeo na mão, eles me disseram. E me deram a carta para ler, antes de sair a carta do cativo com o meu colega Alexandre. Eles queriam que eu lesse a carta para opinar sobre a carta. Eu disse, esta carta é uma beleza, isso é uma maravilha. Claro, mas eu disse para o cara o seguinte: me dá esta carta porque olha só, desde as onze da manhã, mais ou menos, eles estavam insistindo que a tal carta e o vídeo tinham que entrar no ar, só que a gente não tinha acesso a carta nem ao vídeo. Eu digo, vocês são loucos, querem colocar no ar algo que não existe. Dá esse negócio de uma vez, o Alexandre vai, coloca esse negócio no ar e nós estamos conversados. Eles pediram para ler. Na verdade um trecho da carta é um trecho de uma jurisprudência, eu acho que de 2003, 2002, condenando o sistema que é o RDD¹⁴ (...)".

Texto, carta, vídeo é a soma de percepções que o repórter tem do discurso-objeto no qual o jornalista é transformado num operador ativo. Não basta seqüestrá-lo. Seu saber faz parte do processo de midiaticização deste múltiplo objeto. O seqüestrado, posto no lugar de sua especialidade, é uma espécie de cúmplice da operação discursiva do discurso do PCC. Lê, dá palpite, orienta seu encaminhamento e prediz os seus efeitos. Sem esquecer que comenta todas estas operações um tempo depois, quando já em liberdade.

Cena 3: Do consultor ao pombo-correio

O dispositivo instaura também um processo de circulação do texto. Transforma um dos sequestrados - o técnico Alexandre - em pombo-correio e que vai se apresentar, ao ser libertado, como porta-voz de uma precisa reivindicação: levar o texto para ser exibido na TV, um discurso produzido pela facção, e que traz a denúncia sobre as condições carcerárias. A fita circula. Sai do "ambiente" do seqüestro e é trazida para o ambiente midiático pelo técnico posto em liberdade, mas deixando detido, o outro refém. O texto sai das

¹⁴O RDD - Regime Disciplinar Diferenciado trata-se de legislação que regulamenta o funcionamento do regime carcerário e possui, dentre outras, as seguintes características: duração máxima de 360 dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada; recolhimento em cela individual; visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas; o preso terá direito à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol. Fonte: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/18/59/1859/>

mãos dos membros da facção e chega até a Rede Globo, que assim o anuncia segundo esta estratégia: Além de sua apresentação, o que já envolve o trabalho de encenação, faz operações de edição, embora isso não seja dito pelo apresentador na hora em que anuncia o fato. Simplesmente, se coloca como um "emissário": "Deram, a um dos sequestrados, Alexandre, um DVD para ser divulgado, e o conteúdo é o que segue".

Cena 4: O trabalho de edição

Como o texto não se trata de uma unidade de discurso da própria programação, não pôde entrar no ar de "qualquer maneira". Conforme anuncia a FSP em sua edição de 14/08, houve um trabalho de edição na introdução, na medida em que foram feitas supressões de "imagens de armas de guerras, dinamites, granadas e coquetéis molotovs" (Folha de S. Paulo, 14/08/2006). O vídeo-dispositivo resulta de um trabalho complexo de produção e circulação. Transita entre estratégias e as mãos de diferentes personagens e atores de campos sociais; traz as marcas e instruções do seu "sistema produtivo", sofre edições ao passar para o corpo da mídia. Suporiam seus autores que as instruções por eles endereçadas seriam observadas, levando-se em conta as condições que originaram a sua produção e o respectivo "pedido" de veiculação. Mas talvez desconheciam que a exibição de uma mensagem no dispositivo televisão passa por complexas operações produtivas, cujos mecanismos tecno-discursivos-editoriais não estão totalmente nas mãos ou sob controle de um dispositivo de produção, e que, no caso, está fora do controle de operações relacionadas com a circulação do discurso. Por outras palavras, antes mesmo de ganhar os caminhos de publicização, o texto "endereçado" para veiculação é subordinado à determinadas condições fora do seu âmbito produtivo, daí resultando marcas das restrições que são impostas aos sentidos da mensagem enviada. Na passagem de um texto a outro, no enquadramento do vídeo ao trabalho da sua circulação e de apresentação, os dispositivos de produção do sistema televisivo enquadram o texto recebido a determinados esquemas de semantizações. Se um continuum de dispositivos midiáticos, internos e externos ao próprio campo das mídia, cuidam de construir o acontecimento, especialmente o seu objeto, deve ser dito que quando o vídeo/texto desloca-se pelo processo, do aparelho ao setting, de circulação sofre transformações e também contaminações de operações midiáticas, independentemente das condições que deram origem à sua existência.

Cena 5: "Será que é ele ?"

Os expectadores que assistem ao filme "Será que ele é?" interrompem, certamente, o trabalho interpretativo que realizam sobre o que pergunta o título da película. Ato contínuo surge a vinheta do "Plantão". O jornalista aparece na "bancada informativa", faz abrupta transição entre o filme e aquele momento. Anuncia o caráter da emissão. Aciona-se DVD/vídeo. Deixa-se que o próprio discurso-objeto anunciado explicita as operações de identificação do seu "lugar de fala". Aparece imagem, de uma cabeça encapuzada: Do corpo mostrado num plano semi-fechado, destacam-se a cabeça, os olhos semi-encobertos e parte dos ombros. Está enquadrado contra uma parede sobre a qual estão registrados fragmentos de uma mensagem que identificam o lugar/sujeito institucional do discurso que o corpo profere. Ele assim está em um lugar que poderíamos chamá-lo de porta-voz. Lê uma mensagem que está em uma folha, e que parece estar apoiado sobre suas mãos. Nenhuma outra marca emerge do corpo, a não ser a voz, que sustenta o relato que fala e os dispositivos que permitem a identificação do PCC, ou seja, as marcas do discurso da organização (Figuras 1 e 2).



Figura (1)

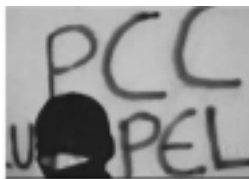


Figura (2)

Trata-se de um corpo que age inicialmente: traz, por alguns minutos para ali, no setting, o corpo do PCC. Ele é o corpo do PCC. O PCC é ele. Enquadrados, corpo e texto, se re-enviam mutuamente. Os dois formam, em suas especificidades, a mensagem. O porta-voz lê a mensagem do texto em que denuncia as condições carcerárias.

Como integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC) venho pelo único meio encontrado por nós para transmitir um comunicado para a sociedade e os governantes. A introdução do Regime Disciplinar Diferenciado, pela Lei 10.792 de 2003, no interior da fase de execução penal, inverte a lógica da execução penal. É coerente com a perspectiva de eliminação e inabilitação dos setores sociais redundantes, leia-se clientela do sistema penal, a nova punição disciplinar inaugura novos métodos de custódia e controle da massa carcerária, conferindo à pena de prisão um nítido caráter do castigo cruel. O Regime Disciplinar Diferenciado agride o primado da ressocialização do sentenciado, vigente na consciência mundial, desde o ilusionismo (sic) e pedra angular do

sistema penitenciário nacional, inspirado na escola da nova defesa social. A LEP (Lei de Execução Penal) já em seu primeiro artigo traça como objetivo o cumprimento da pena e a reintegração social do condenado, a qual é indissociável da efetivação da sanção penal. Portanto, qualquer modalidade de cumprimento de pena em que não haja comitância (sic) dos dois objetivos legais, o castigo é reintegração social com observância apenas do primeiro, mostra-se ilegal e contrário à Constituição federal. Queremos um sistema carcerário com condições humanas, não um sistema falido desumano no qual sofreremos inúmeras humilhações e espacamentos. Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei. Se nossos governantes, juizes, desembargadores, senadores, deputados e ministros trabalham em cima da lei, que se faça justiça em cima da injustiça que é o sistema carcerário: sem assistência médica, sem assistência jurídica, sem trabalho, sem escola, enfim, sem nada. Pedimos aos representantes da lei que se faça um mutirão judicial, pois existem muitos sentenciados com situação processual favorável, dentro do princípio da dignidade humana. O sistema penal brasileiro é na verdade um verdadeiro depósito humano, onde lá se jogam os seres humanos como se fossem animais. O RDD é inconstitucional. O Estado Democrático de Direito tem a obrigação e o dever de dar o mínimo de condições de sobrevivência para os sentenciados. Queremos que a lei seja cumprida na sua totalidade. Não queremos obter nenhuma vantagem, apenas não queremos e não podemos sermos (sic) massacrados e oprimidos. Queremos que as providências sejam tomadas, pois não vamos aceitar e ficarmos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário. Deixamos bem claro que nossa luta é com os governantes e policiais, e que não mexam com nossas famílias que não mexeremos com as de vocês. A luta é nós e vocês¹⁵.

O porta-voz apresenta-se através de um operador indeterminado (como membro da organização). Auto identifica-se como um sujeito que pertence, na condição de integrante a um coletivo. Ou seja, o indivíduo dissolve-se, aqui, no coletivo. Mas, ao mesmo tempo é misto do indivíduo (venho) e do coletivo (nós), quem realiza a estratégia.

O trabalho de mediação do manifesto é, de certa forma naturalizado, na medida em que o texto diz que este foi o "único meio encontrado para transmitir o comunicado". Ou seja, deixa entender que não houve, ou desconhece um trabalho de engendramento de estratégia, na medida em que a identificação e escolha do meio (TV) resulta de uma escolha, (ele foi encontrado) por acaso. E, nestas condições, foi assim que se procedeu a transmissão do manifesto.

Portanto, o porta-voz justifica a estratégia enunciativa sem considerar os diferentes momentos que constituem a sua complexidade. É como se os mesmos estivessem fora de um trabalho enunciativo posto em ação.

No plano dos enunciados que compõem o texto, observa-se, pelo menos quatro tipos de manifestações retóricas.

A que destaca o argumento jurídico "o RDD agride o primado da ressocialização do sentenciado". A que se refere as marcas de funcionamento do discurso didático, pelo uso de expressões como

"leia-se" e "portanto", que visam explicar o sentido de alguma afirmação bem enfatizar o sentido de outras.

Destaca-se ainda a retórica do próprio discurso político ao fazer denúncias, proferir exigências, lembrar reivindicações, fazer exortações e advertências pelas quais delimita-se o território (o de luta) e as características dos seus contendores - nós e eles.

O enunciado objeto da fala do porta-voz é efeito de um poder que lhe é designado. Espécie de um objeto, alguma coisa que se carrega, um feixe (...) de operações que resultam da linguagem posta em funcionamento por um determinado dispositivo. O discurso do PCC se constitui "a partir daí, algo que não existia antes passa a existir"

Este "discurso analisador" apresenta-se com duas características: a operação de indiciabilidade que o associa a uma simbólica específica destacando as marcas que o identificam como um "discurso-interdito", e cujas condições de livre explicitação e de reconhecimento sofrem restrições por parte de outros dispositivos normativos. E, em segundo lugar, o trabalho discursivo de um determinado tipo de "corpo significante" que, através de certas estratégias discursivas, chama atenção para problemática da situação carcerária, questão desqualificada em seu teor, em virtude do "lugar de fala" e das condições através das quais o "discurso denunciante" é engendrado e chega ao conhecimento do público.

Cena 6: O desinteresse pelo "discurso analisador"

A fala pronunciada por este corpo porta-voz é uma espécie de "discurso analisador", mas cujo conteúdo não gera interesse de outros discursos. Talvez, devido à origem do discurso e os processos que determinam às suas condições de produção, como é o caso da mídia, cuja cobertura deu mais ênfase ao acesso do PCC às antenas, do que as denúncias que apresenta.

O que dizem manchetes dos jornais:

"Bandidos usam seqüestro para negociar privilégios" (O GLOBO, 14/08/2006)

"Mídia como alvo" (Zero Hora, 14/08/2006)

"Globo e SP nas garras do PCC" (Tribuna da Imprensa, 14/08/2006)

"Nasce um partido político" (FSP, 11/08/2006)

"Presos de SP usam táticas terroristas para ter regalias" (Extra, 14/08/2006)

"Criminosos libertam jornalista da Globo" (Zero Hora, 14/08/2006)

"A vez dos jornalistas" (JB, 14/08/2006)

Os títulos de jornais falam dos efeitos deste ato sobre o trabalho jornalístico, enfatizando as condições de acesso do PCC anunciam, a libertação do jornalista, avaliam o acontecimento, indicando seus efeitos sobre a própria mídia, mas não fazem nenhuma alusão sobre o que propõe o discurso veiculado

Num rápido olhar nestes processos de titulação, observa-se que o trabalho de leitura midiática articula dois identificadores e que aparecem associados (política e criminalidade), a fim de que se produza uma determinada condição de inteligibilidade do acontecimento. O que o "discurso analisador" aponta como denúncia - e portanto algo que politizaria a sua razão de ser - é desconhecido e/ou desviado pelo tratamento jornalístico. Desta feita, o discurso jornalístico politiza-o de outra forma, associando-o à ordem da criminalidade. Esta leitura deixa escapar outras questões que de alguma forma são arroladas pelo "acontecimento analisador", o que sucitaria várias hipóteses. Mas a principal nos parece ser a incapacidade analítica da mídia de fazer associações sobre o processo de produção do discurso com a própria lógica que o produz: a das afetações midiáticas.

Cena 7: Um corpo que se "decompõe"?

Ao apresentar o manifesto do PCC, o porta voz não deixaria, certamente, dúvida sobre as marcas dos seus vínculos. Diferente do filme, cuja indagação já está respondida por sua ficha técnica, e será complementada ao longo de sua exibição - a emissão do manifesto é uma operação que deve ser realizada no curto espaço da veiculação: anunciar uma mensagem do PCC, do que não se dissociaria certamente, o seu porta voz. O que diz, pede reconhecimento ao se dirigir a uma vasta "audiência": telespectadores de modo geral, mas, sobretudo, os atores concernidos com a problemática. Ou seja (vocês) - policiais, juízes, jornalistas, magistrados, etc.

A exposição dos seus argumentos linguísticos não deixaria dúvidas sobre a identificação do seu "lugar de fala". Na condição de "fala ventríloquo" - porta voz que sustenta, enquanto intermediário interessado, a emissão do discurso do outro - produz uma fala identificada, mas que resvala e anuncia também fragmentos de outras identidades. Isto revela-se na "retórica de filiaridade", pronunciando coletivos de identificação que são operadores típicos do discurso político: "Deixamos bem claro que a nossa luta é com os governantes e policiais, e que não mexam com as nossas famílias que não mexeremos com a de vocês."

É um "corpo ventríloquo" porque é representante de um certo lugar e de modelo de enunciação discursiva que se organiza pelo

cruzamento de vários dispositivos e matrizes discursivas (jurídica, política, didática, argumentativa, pedagógica e, mesmo midiática), e que se funde num modelo determinado de enunciação.

Também porque se conecta à complexidade do processo produtivo. É aprisionado ao sistema discursivo que profere. Sabe da existência de uma gravação destinada a tevê. A leitura do texto não deve se limitar apenas à sua apresentação. Interpretações com alguns enfoques, ainda que discretos, de um ou outro aspecto, que requer ênfases, ou melhor explicitação, devem ser exercitadas. Obedece aos pedidos de enquadramento do próprio dispositivo da produção, ao mover discretamente a cabeça para possibilitar que as inscrições que figuram sobre uma parede através do corpo possam ser melhor captadas pelas câmeras, pois se trata de uma mensagem sobre o PCC, e que deve tentar exibi-lá. Emite movimentos, com os dedos, folheando as laudas que tem entre as mãos, e cujos sons são capturados pelo microfone. Por momentos, olha para um ponto mais distante para, certamente o dispositivo que registra sua imagem. É levado pela câmera até ser tirado de cena, deixando na fala parte da mensagem na parede, consigo a sua voz.

O corpo do porta-voz se "decompõe". Marcas que se referem à sua existência, como traços do seu rosto encapuzado, são tiradas de cena (Figuras 3, 4 e 5). O dispositivo vai produzindo o desaparecimento de parte do corpo que indicava de um modo mais "contextual", a presença do porta-voz. Da indicialidade do contato, esta apenas a voz, como fragmento. Um resto deste corpo permanece. A voz, como um pedaço de um real circula no setting. E, sozinha - sem o que do corpo foi retirada da edição - faz fluir o que resta do texto atualizando a permanência do discurso. A manobra do dispositivo assegura assim, a permanência de uma outra dimensão do discurso político e que se trata da força representacional do texto. De qualquer maneira, espedaçado pelo corpo, o discurso permanece ainda que permeado pelas injunções de suas condições de produção e dos possíveis efeitos do seu processo de circulação.



Figura (3)



Figura (4)

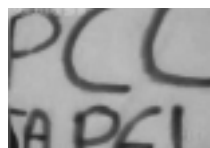


Figura (5)

Cena 8 : "Sobra" da estrutura do porta voz?

A princípio este "corpo significativo" é visto como um "dispositivo-instrumento" a serviço do trabalho enunciativo de sua organização,

só restando-lhe, neste caso, a performance do que foi incumbido. O porta-voz não é apenas aquele que sustenta a performance da missão discursiva que lhe foi outorgada. Mesmo que as marcas da enunciação que pratica sejam um óbice à existência de outras referências identitárias, este trabalho enunciativo sinaliza a existência de algo que ultrapassa o dispositivo discursivo da enunciação do aparelho. Em algum "lugar", o cumprimento da performance prevista, falha. Justamente, por força do que é intrínseco à ordem de subjetividade do próprio sujeito enunciator: o sotaque deixando pista sobre a vinculação deste corpo, e de sua fala, a um continente linguístico determinado, à contingentes migratórios, e regiões geográficas distintas do lugar geográfico onde se passa e se produz a emissão da mensagem. A modulação da voz é, inibida ou controlada pelo "vocabulário da retórica", presente no texto. A inversão na pronúncia de termos linguísticos (do ilusionismo ao invés de iluminismo), traído os ditames definidos pela "gramática do texto", o que de certa forma sinaliza uma certa "infidelidade" do porta voz à "gramática" do discurso que profere. Existe, é certo, uma afinidade entre o porta-voz e aquele que ele representa, em termos de ideais. Entretanto, o trabalho singular da enunciação põe em risco este pacto. Ou seja, se a enunciação é uma apropriação singular que o sujeito faz do aparelho discursivo, colocando-o em funcionamento por sua própria conta e risco, significa que o relato do porta-voz - sendo fiel ao seu próprio modo de dizer - deixa escapar marcas impostas pelo "discurso da organização". Subsiste ao discurso da organização, o corpo de um sujeito cuja enunciação transcende ao regime de discursividade sobre o qual se instala e funciona o porta-voz¹⁶. Corpo em fala que traz, para além do discurso do PCC, estilhaços, ressonâncias e fragmentos de história e biografia (individual, psíquica e pessoal) que trata de falar da existência de uma outra "ordem do discurso", que não apenas aquela da organização.

Diriam dispositivos e aparelhos leitores deste acontecimento, que isso pode ser detalhe insignificante diante da evidência de provas materiais sobre a autoria e responsabilidade do PCC, especialmente do crime que pratica, ao lado daqueles que constituem à sua imensa "folha corrida". Mas, não se trata apenas de considerar estas leituras que alimentam, ou são parâmetros para as estratégias dos aparelho investigatórios (policiais, jurídicos e midiáticos). Por mais que saibamos das referências extra discursivas da fala do PCC, é também, admissível, que delas algo sobra para ainda ser lido, e que fica flutuando à mercê de outros processos de leituras. Algo deriva, mesmo que a enunciação discursiva da organização criminosa explicita convicções sobre as quais ela se faz. Sobra, inevitavelmente, porque na estratégia discursiva nem tudo é consciencialista, pois "eles não sabem tudo o que fazem"¹⁷. Ou "sabem o que fazem, mas

¹⁶FAUSTO NETO, Antônio. O porta-voz - Um dia eu digo que sim. Outro dia eu digo que não. Humanidades, nº 16. Brasília, 1998.

¹⁷ZIZEK, Slavoj. Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In: DUNKER, Christian (org.). Zizek Crítico - Política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Editora Hacker, 2005.

produzem discursos para dissimular, como se não soubessem o que fazem". Nestes termos, seja a denegação, deslocamento ou o esquecimento, a enunciação deixa alguma coisa como condição para que outros trabalhos de leituras se disponham a lembrar as causas dos lapsos e os buracos das inversões e/ou silêncios destes processos de produção de sentidos.

Das sobras resultam pistas indiciais para trabalhos analíticos que escapem aos reducionismos das fórmulas do discurso policial ou dos aparelhos da criminalidade.



Figura (6)

É verdade que o corpo com seu trabalho segue "a gramática" do dispositivo de produção do discurso. Fragmentos da imagem acima (Figura 6) mostram marcas que as imagens que são emitidas por esse rosto semi-coberto, estão enquadradas na direção de um objeto, o texto em leitura. Mas esse mesmo rosto, aprisionado pelo enquadramento, emite pistas de algo que está fora dessa modelização enunciativa e que se trata do semblante. Mesmo que semi-visível, esse semblante deixa-se capturar. De um "lugar leitor", o corpo transforma-se em objeto de leitura, deixa visível pistas de outras enunciações, da vinculação deste corpo porta-voz à histórias de outras vozes, talvez de uma geração, a de jovens, que fazem transitar seus ideais nos corredores da militância de uma determinada prática criminal.

Se o contrato de leitura deste discurso tem a convicção da performance enunciativa, que propõe, sua própria estrutura deixa as pistas para que nela possamos investir outras "vontades de saber". O corpo significativo oferece-nos, assim, na materialidade do seu próprio trabalho os "buracos" enquanto pistas, que geram novas e inevitáveis interpretações. Como por exemplo, a do próprio jornalista Guilherme Portanova que viveu na carne as agruras de um cativo ameaçatório, sinaliza a permanência de dúvidas, de respostas impossíveis de serem esclarecidas por determinados esquemas interpretativos, à questão do "Onde nós estamos?". O seqüestro do jornalista e a emissão de um manifesto a partir de condições que se desaprova, não eludem o reconhecimento de uma problemática

mais complexa e que o manifesto do PPC é também fragmento - diria mesmo sintoma - de crises que vivem os campos sociais e os indivíduos. Talvez recusemos o "manifesto" pelas origens dos seus autores, suas causas, e pelas estratégias por eles postas em prática, visando estabelecer um certo tipo de "ação comunicativa". Ou seja, as condições de enunciação deste discurso - ao passar à margem de qualquer tipo de contratualidade civilizada - nos levam irremediavelmente, a desprezar os seus enunciados. Nossos esquemas de leitura também fazem sobrar o que também não queremos e/ou não podemos saber, ainda. Ou seja, damos mais importância a enunciação, sobra das narrativas midiáticas (o acesso à TV), do que a outra enunciação que diz outros ditos. Sobra assim, também, mais alguma coisa e que são os ditos da enunciação do próprio sujeito quando ele não segue o "dictamen" da enunciação do aparelho da organização. Mesmo nos limites e nas fronteiras deste procedimento virulento e violento, é preciso que saibamos, via a formulação de uma outra análise, "mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos ou de seus poderes para se deixar sujeitar, é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. Do mesmo modo, melhor do que procurar a fórmula única, o ponto central de onde todas as formas de poder derivariam, por via de consequência ou de desenvolvimento, é preciso deixá-las aparecer na sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estudá-las, portanto, como relações de força que se entrecruzam, que se remetem umas as outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a se anular. Enfim, mais do que conceder um privilégio à lei como manifestação de poder, é melhor tentar determinar as diferentes técnicas de coerção que opera"¹⁸.

Se a tradição da investigação criminal, e de cobertura midiática, leva em conta as pistas deixadas pelo criminoso para produzir o trabalho de elucidação do crime, estamos diante de uma situação de trabalho de produção de sentidos cujas pistas envolvem também outros sintomas que desafiam elucidamente para que se possa produzir a resposta "onde estamos?".

Nosso interesse visa exercitar interrogações sobre o que significa o processo de midiática desta mensagem, segundo entrelaçamentos de dispositivos de produção de sentidos¹⁹. O que desejamos reter desse registro, não é, por exemplo, a desqualificação do acontecimento em decorrência da procedência e motivação de sua confecção e da qualidade do ato e das características dos atores responsáveis pelo engendramento deste processo enunciativo.

Nosso interesse permanece nas fronteiras do campo midiático, o que significaria não desconhecer as interfaces que a questão tem

¹⁸FOUCAULT, Michel. Resumo dos Collège de France. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

¹⁹CARLON, Mario. Sobre lo televisivo-dispositivos, discursos y sujetos. Buenos Aires: Crujía, 2004.

com práticas de outros campos sociais. O foco da reflexão diz respeito à condição do trabalho da midiatização sobre um acontecimento. Mas, sobretudo, como o mesmo se engendra, tomando como referência as lógicas e os dispositivos deste sistema de produção e sentido.

Significa dizer também que, se, por um lado a midiatização afeta/ interfere em diferentes práticas sociais, tem, ao mesmo tempo, sua existência, e suas lógicas reconhecidas por outros campos sociais, que dela se servem como "mediação", ou ainda, como 'condição de produção' de suas ações comunicativas. Esta questão não é só jurídica e policial. É estratégica e simbólica pois ultrapassa prescrições normativas sugeridas e orientadas por contratos normativos, uma vez que diz respeito à existência de uma nova ambiência em que os processos midiáticos, suas linguagens e suas práticas, além de serem novos operadores de inteligibilidades, organizam o funcionamento das novas práticas dos campos sociais, bem como suas próprias discursividades.

b) Notas finais

Este acontecimento se tece entre muitos dispositivos de diferentes campos sociais. Mas ele se tece midiaticamente porque nesse campo nele se inscreve e dele retira operações em pelo menos nos seguintes momentos: imaginando o processo de sua viabilidade e os modos de conectar-se com o que está fora de suas fronteiras, apropriando-se dos funcionários da mídia, para que este gesto imobilizador possa gerar as condições que determinam e impõem seu acesso ao processo produtivo e circulação midiática. Tomando como condição de produção o "saber midiático", apoiando-se em suas regras e operações para, através delas, dar corporeidade ao discurso que fará a conexão entre o ambiente privado do crime e a sua publicização na sociedade. Algo se passa noutros dispositivos midiáticos (mentais, territoriais) tornando-se fontes e referências e que são operadores de outros acontecimentos. Por exemplo, quando celulares são utilizados como meio de produção e de monitoração dos conflitos que ocorrem em São Paulo.

Os processos produtivos midiáticos utilizados pela facção, não se mostram, assim, apenas nos seus produtos, mas no processo produtivo mais amplo, nos agenciamentos dos dispositivos.

Subtração/apropriação/imposição são atos de um processo que dão origem a materialidade da estratégia, e cuja face visível é um produto discursivo apoiado pelo trabalho de um corpo que midiatiza a mensagem e, o próprio, PCC. Lembremos que o corpo é também um dispositivo sensível para o funcionamento do discurso político,

sobretudo quando se co-determina ao corpo midiático. Ter acesso ao corpo da TV, anunciar o corpo do PCC, fazê-lo corpo pelo trabalho de um corpo de porta-voz, registra na TV a quase-presença do corpo humano, com todas as suas sinalizações para o sentindo...²⁰

Será que ele é? Fita, vídeo, câmera, texto, DVD, corpo, são peças de um complexo dispositivo por onde passam operações e agenciamentos, que só se tornam inteligíveis depois que a enunciação do corpo do porta-voz constitui a sua existência, transformando por sua performance o que até então são pedaços, objetos de um processo de produção de uma estratégia discursiva. Se a processualidade de produção enunciativa é suja, porque passa por um processo de exclusões, tensões, ameaças psíquicas e materiais, ela interessa contudo, às pessoas que lidam com os processos midiáticos, na medida em que uma possível resposta às interrogações "Será que ele é?", "Onde é que estamos?" estaria noutro processo analítico.

Se por um lado, o corpo do porta-voz é parte, um dispositivo operador de um processo de visibilidade desse tipo de "acontecimento analisador", por outro constrói indiciabilidades, movimento de passagem, indicação de outras cenas e problemáticas que não ficam restritas ao acontecimento em si. Sugere que o mundo do crime tem outros componentes. Por este corpo pode-se fazer a travessia de fronteiras dos discursos, que só pôde enunciar nos limites de determinados "pontos de acesso permitidos" de seu aparelho produtivo. Mas o "acesso" do PCC ao espaço televisivo, não se trata de uma "falha" do mecanismo panopticista que controla o olhar da sociedade, segundo uma certa teoria linear dos efeitos e de suas respectiva regulações. Esta convicção poderia ser rebatida se considerássemos o fato de que o poder estando em vários lugares, logicamente seria possível a existência de manifestações de poderes que poderiam lançar "sombrias", interferindo nos holofotes dos dispositivos de controle. Mas, aqui, lidamos com efeitos mais complexos; trata-se dos efeitos decorrentes da própria existência da ambiência midiaticizadora, cujos fluxos e processos não se operam linearmente, mas funcionam segundo mecanismos relacionais. Se é verdade que a "sociedade percebe e se percebe a partir da sua instalação no ambiente da mídia"²¹, é nestas condições que as diferentes práticas sociais se vêm permeadas e referidas pela existência da midiatização. Não se trata de um perceber e se perceber passivo, mas a produção de um trabalho - de constituir-se e de tornar-se visível - que se faz em função e por conta, da existência da cultura midiática. As lutas pela visibilidade não são externas à problemática da midiatização como diz Thompson: "ela não é simplesmente um veículo através do qual aspectos da vida política e social são dados a conhecer as outras pessoas: ela, a visibilidade

²⁰SODRÉ, Muniz. Estratégias visíveis. Afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006. p.110.

²¹GOMES, Pedro Gilberto. A midiatização no processo social. In.: Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade. São Leopoldo: Unisinos, 2006

mediática tornou-se em uma das principais alavancas através das quais as lutas sociais e políticas são conduzidas e articuladas²². Talvez mais que isso, a midiatização e suas processualidades - técnicas, sociais, discursivas - dão forma ao modo de existência às práticas de outros campos sociais.

A midiatização é processo e fim, fazendo junções e acoplamentos e cujo controle dos seus efeitos, não se sabe a priori... Enquanto ambiência e processo está no meio das lutas de produção de sentidos dos campos sociais, e que sem elas não pode, inclusive, transformar o proibido em semi-visível. Ou então, semi-mostrável.

Sobram deste corpo midiatizado, marcas que, em somente uma outra forma de trabalho analítico da sociedade poderá gerar novas compreensões, na medida em que se crie outras possibilidades de leituras que superem os esquemas e enquadramentos do bem x mal e da ordem x contra-ordem. Possivelmente, tais outros protocolos serão mais eficazes no sentido de dar conta da compreensão desta modalidade de "acontecimentos analisadores" que não estão enquadrados nos processos de inteligibilidades das estratégias de discursos de alguns campos sociais, como o da midiatização. Por enquanto, será que ele é? permanece um inevitável intervalo, uma não resposta. Mas, convite a um trabalho analítico sobre as sobras e que poderá diminuir as "zonas de sombra" em que vivemos, elucidando, assim, onde estamos?.

Referências Bibliográficas

ASSOUN, Paul-Laurent. **O real em psicanálise: à prova do olhar e da voz**. In.: O olhar e a voz. Lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

CARLON, Mario. **Sobre lo televisivo** - dispositivos, discursos y sujetos. Buenos Aires: Crujía, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. **O porta-voz - Um dia eu digo que sim. Outro dia eu digo que não**. Humanidades, nº 16. Brasília, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Collège de France**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GOMES, Pedro Gilberto. **A midiatização no processo social**. In.: Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

LACAN, Jacques. **O simbólico, o imaginário e o real**. In.: Nomes-do-pai. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Estratégias visíveis. Afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006. p.110.

THOMPSON, John B. **La nouvelle visibilité**. In: Réseaux nº 129-130, Paris: Lavoisier, 2005.

²²THOMPSON, John B. La nouvelle visibilité. In.: Réseaux nº 129-130. Paris: Lavoisier, 2005

VERÓN, Eliseo. **Semiosis de la mediatización**. Seminario Internacional Media and Social Perceptions. Rio de Janeiro, 18 a 20 de maio, 1998.

VERÓN, Eliseo. **Esquema para el análisis de la mediatización**. Revista Diálogos, nº 48, Lima: FELAFACS, 1997.

VERÓN, Eliseo. **El living y sus dobles. Arquitecturas de la panatalla chica**. In.: El cuerpo de las imágenes. Buenos Aires: Norma, 2001. p.15.

VERÓN, Eliseo. **Le sejour et ses doubles: architectures du petit écran**. Paris: Temps Libre, nº 11, 1984.

ZIZEK, Slavoj. **Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional**. In: DUNKER, Christian (org.). **Zizek Crítico - Política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Editora Hacker, 2005.